

POLÍTICAS NEOLIBERAIS E DESINTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO CONE SUL: O CASO BRASIL-ARGENTINA¹

Marcelo Nunes²

Resumo: O texto a seguir busca discutir o processo de integração econômica o qual constituiu o Mercosul, analisando as dificuldades e os avanços desta nova tendência do capitalismo contemporâneo, que é a fragmentação do mundo em blocos econômicos. Neste sentido, entende-se ser possível compreender os efeitos das políticas neoliberais que caracterizam tais tendências, reunindo elementos para a reflexão acerca das reais condições, necessidades, configurações e efeitos deste processo no âmbito dos países sul-americanos, em especial no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: integração econômica, blocos econômicos, desarmonia macroeconômica, relações comerciais e políticas neoliberais.

Abstract: The text to follow search the process of economical integration which constituted Mercosul to discuss, analyzing the difficulties and the progresses of this new tendency of the contemporary capitalism, that is the fragmentation of the world in economical blocks. In this sense, it is understood to be possible to understand the effects of the new liberal politics that characterize such tendencies, gathering elements for the reflection concerning the real conditions, needs, configurations and effects of this process in the ambit of the South American countries, especially in Brazil and in Argentina.

Keywords: economical integration, economical blocks, disharmony macroeconomic, commercial and political relationships new liberal.

NEOLIBERAL POLITICS AND ECONOMIC DISINTEGRATION IN THE SOUTH CONE: BRAZIL-ARGENTINE CASE

1. Apresentação

Ao discutir o processo de articulação econômica no Cone Sul, primeiramente faz-se necessário uma contextualização e caracterização das formas assumidas pelo capitalismo contemporâneo no plano global, como forma de entender as

¹ Texto produzido a partir do Relatório Final de Pesquisa (2000-2001), em nível IC/ encaminhado ao PIBIC/CNPq. Trabalho orientado pelo Professor Sergio Bras Magaldi.

² Estudante quarto-anista do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. E-mail: nungeo@bol.com.br

configurações no âmbito dos países periféricos. Desta maneira, a década de 90 iniciou-se com uma clara tendência para a segmentação da economia mundial em blocos econômicos, tirando as tradicionais negociações multilaterais entre os países, pelo agrupamento desses menos industrializados ao redor de um ou mais industrializados (centrais), ou seja, trata-se da dependência econômica de países em desenvolvimento, como os da América Latina que são independentes politicamente, mas que para se desenvolver, condicionam suas decisões à dinâmica das economias desenvolvidas de que dependem.

Desta maneira, salienta SINGER (1998, p. 119):

A dependência surge dum complexo jogo de conflitos e acordos entre classes e frações de classe, do qual resultam processos de desenvolvimento que recolocam de tempos em tempos, os seus próprios fundamentos.

Conforme HIRANO (1997, p. 41), é neste contexto que dá a revalorização do espaço imediato, a partir dos processos de integração econômica, emergindo como uma nova roupagem da dinâmica capitalista atual, que empurra as economias latino-americanas de encontro à ideologia neoliberal, tendo como eixo central o primado do livre mercado e tornando-as permissivas aos investimentos estrangeiros diretos com a adoção de políticas que formalizam a liberdade de mercado, caminhando a passos largos na direção da internacionalização econômica, através destas aberturas comerciais.

De acordo com MAGNOLI (1997, p. 51):

A regionalização não representa uma barreira para a globalização. Os blocos regionais, pelo contrário, formam a estrutura orgânica da economia mundial. Por isso, o fortalecimento da última implica na multiplicação dos primeiros.

Na América Latina estes novos arranjos geoeconômicos do sistema capitalista foram acelerados com o processo de redemocratização de vários de seus países nos anos 1980. É neste cenário que antigos rivais como Brasil e Argentina optaram pela cooperação econômica, desencadeando a princípio o processo de

integração e regionalização econômica no Cone Sul, e posteriormente com a adesão do Paraguai e Uruguai, dando origem ao Mercosul.

O Mercosul instituído pelo Tratado de Assunção em 1991, surgiu também a partir de motivações políticas: tratava-se de romper o padrão de rivalidade histórica entre o Brasil e a Argentina. Além disso ele representou uma estratégia dos governos de Brasília e Buenos Aires para promover a abertura das economias de ambos os países, expondo-os à concorrência externa e atraindo investimentos internacionais (MAGNOLI, 1997).

2. Brasil e Argentina: caminhos e descaminhos

Nesta última década a dinâmica econômico-comercial entre Brasil e Argentina parecia apontar para a formação de um mercado comum. Porém, a parceria entre os dois países na prática não se materializa harmoniosamente. Os conflitos e fricções são constantes, onde se misturam: as medidas protecionistas, as crises financeiras e o aprofundamento da recessão na Argentina, fatos que na verdade, são sintomas de uma desarmonia macroeconômica, que fitados pelas relações comerciais, acabam por adiar (ou mesmo eliminar) este esforço de integração econômica intra-bloco.

Para JAGUARIBE (1992):

A dificuldade de integração verifica-se principalmente pela falta de uma política econômica comum que contribua para a redução e a superação das divergências que dificultam um intercâmbio mais intenso.

Entretanto, no âmbito do Mercosul, tem-se persistido um impasse quanto as posições de Brasil e Argentina no tocante às suas especializações produtivas, constituindo-se na área em que aparecem estar as maiores dificuldades de acordo para a plena vigência de um mercado livre. Deste modo, as disputas comerciais entre Brasil e Argentina são as evidências do processo de especialização produtiva e exportadora dos dois países. Na base das recentes disputas entre os dois parceiros está a resistência da Argentina em aceitar sua vocação de vender mais produtos básicos e a tendência do Brasil tornar-se um grande exportador de industrializados

e tecnologia dentro do Mercosul.

A criação do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) em 1986 tinha como objetivo num primeiro momento da integração, promover uma especialização produtiva intra-setorial, na qual se priorizaria o intercâmbio de bens análogos com certo grau de diferenciação. Isto implicaria numa divisão do trabalho por produtos mais que por ramos de produção, estimulando uma diversificação das estruturas produtivas e o aproveitamento das economias de escalas. Porém, esta tentativa de reverter o esquema predominante no comércio bilateral, que se baseia fundamentalmente na produção e exportação de produtos primários com pouco grau de processamento por parte da Argentina diante das exportações brasileiras de manufaturas não se materializou na prática. Desta forma, o que houve foi o desaparecimento de alguns setores produtivos em um dos parceiros comerciais neste processo de especialização intersetorial.

Num segundo momento, com a renovação dos governos democráticos nos anos 1990, há uma reformulação do PICE como resposta ao quadro de asfixia econômica e financeira em que se encontravam ambos os países. Tais modificações nas políticas econômicas eram sustentadas por um conjunto de princípios neoliberais.

Sobre este assunto complementa HIRST (1992):

O processo de integração, embora se reafirme, deixa de corresponder com uma política de abertura gradual e seletiva dos mercados para adquirir um sentido funcional a um contexto generalizado de exposição competitiva à economia mundial.

Desta forma, predominou no primeiro momento do processo de integração, o enfoque do avanço gradual por setores produtivos industriais, a partir de 1990 há uma mudança no processo, apontando para uma opção comercial, na qual o Estado aparece subordinado à lógica do mercado.

Conforme ARROYO (1997, p. 129):

Pode-se inferir que em um cenário comercialista predominam velhas tendências, isto é, um esquema de intercâmbio no qual só se beneficiam os

setores mais concentrados, os que já detêm um importante grau de controle da economia.

3. O relacionamento econômico-comercial entre Brasil e Argentina:

A intensificação do comércio bilateral entre Brasil-Argentina deu-se gradualmente a partir do processo de articulação econômica, na qual constituiu-se o Mercosul, formalizado em 1991 no Tratado de Assunção, visando à constituição de um mercado comum em 2006.

De acordo com JAGUARIBE (1992), o Brasil e a Argentina representam atualmente os dois principais pólos produtivos da América do Sul. Entretanto, a dificuldade de integração entre os dois países, verifica-se principalmente pela falta de uma política econômica comum que contribua para a redução e a superação das divergências que dificultam um intercâmbio mais intenso. A adoção de práticas protecionistas e outras restrições, tem-se constituído muito mais em regra do que exceção.

Tabela 1: Fluxo comercial do Brasil com a Argentina - em US\$ bilhões

Ano	Exportações do Brasil para a Argentina	Exportações da Argentina para o Brasil	Saldo do fluxo comercial para o Brasil
1992	3,04	1,73	1,31
1993	3,66	2,72	0,94
1994	4,14	3,66	0,48
1995	4,04	5,59	-1,55
1996	5,17	6,78	-1,61
1997	6,77	7,94	-1,17
1998	6,75	8,03	-1,28
1999	5,36	5,81	-0,45

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

Analisando o relacionamento econômico entre Brasil e Argentina, constata-se um expressivo crescimento da corrente comercial entre ambos os países, saltando de US\$ 4,77 bilhões em 1992, para US\$14,78 bilhões em 1998, sendo que em 1999, o volume caiu para US\$ 11,17 bilhões, devido à crise financeira enfrentada pelos dois países, mais principalmente como consequência da desvalorização da moeda brasileira. No entanto, o começo das divergências deu-se no momento em que o saldo comercial da Argentina nas negociações com o Brasil começou a cair, pelo fato do Brasil ser a única fonte de superávits comercial para a Argentina.

Deste modo, o que fica claro é dependência econômica da Argentina frente ao Brasil e a fragilidade de ambas as economias, acelerada pela política de abertura comercial e econômica e, desta forma ficando suscetível as crises e aos atores globais que controlam a economia mundial.

Assim sendo, a corrente comercial brasileira como todos os países integrantes do Mercosul foi de US\$ 18 bilhões em 1999, três bilhões a menos que em 1998, se analisar a corrente comercial do Brasil com o Mercosul em 1991, quando não ultrapassava a margem dos US\$ 4 bilhões, verifica-se um significativo aumento deste comércio regional ao longo de 8 anos, principalmente com a Argentina. Neste sentido, o comércio entre Brasil e a Argentina representa uma parte significativa do volume negociado no conjunto das relações econômico-comerciais intrabloco.

4. Considerações Finais:

O crescimento do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina no âmbito do Mercosul ocorre em um ambiente de profunda desarmonia macroeconômica, pelo fato das políticas econômicas postas em práticas pelos dois países diferirem muito entre si. Uma das soluções para resolver os entraves político-econômicos que impossibilita o desenvolvimento da região, seria a criação de planos de estabilização das economias argentino-brasileiras, que possivelmente ajudariam na abolição permanente das taxas alfandegárias previstas no Tratado de Assunção, ou talvez, se os governos repensassem a idéia de acordos setoriais, vinculados a situação específica dos ramos produtivos de cada país, ao invés de reforçar a abertura dos mercados e a livre competição entre as empresas envolvidas.

A ausência e a precariedade de acordos setoriais, assim como a timidez na definição de uma política externa comum entre ambos os países, fragiliza-os frente aos outros blocos e mercados do mundo. Desta maneira, pode-se concluir que o Mercosul não foi capaz de estabelecer a união entre seus países membros, fortalecendo-os frente a outros mercados e blocos, como também não promoveu o desenvolvimento pleno das economias intrabloco.

Tal situação é o reflexo da adoção de um modelo europeu de integração, não levando em conta as diferentes realidades e peculiaridades dos países que constituem o bloco, bem como o contexto multi-escalar em que estão inseridos. Assim, mais do que reforçar a integração deveria se repensar o modelo econômico, políti-

co e de integração posto à estes países, como forma de promoção do desenvolvimento nestes espaços ditos periféricos.

Bibliografia

ARROYO, Mônica. *Mercosul: novo território ou ampliação de velhas tendências*. In: SCARLATO, Francisco Capuano (org). *Globalização e Espaço Latino-Americano*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. p. 122-131.

HIRANO, Sedi. *América Latina no novo contexto mundial*. In: SCARLATO, Francisco Capuano (org). *Globalização e Espaço Latino-Americano*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. p. 28-44.

HIRST, Mônica. *Integração e fragmentação na América Latina: a definição de novas estratégias frente ao sistema internacional*. Comunicação: 2º Seminário Técnico de Integração do Cone Sul, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

JAGUARIBE, Hélio. *Significação de Mercosul*. In: *Mercosul: Sinopse Estatística*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1992. p. 31-38.

MAGNOLI, Demetrio. *Globalização: estado nacional e espaço mundial*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

SINGER, PAUL. *De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada*. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: IEA/USP, ano 12, nº 33, p. 119-130, 1998.